

---

**Ana Rita Fonteles Duarte** é professora efetiva do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, atuando nas linhas de pesquisa Cultura e Poder e Memória e Temporalidades do Programa de Pós-Graduação em História da instituição. É também coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero, junto ao CNPq. Entre seus livros publicados estão *Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira* (2005) e *Jogos da memória – o movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979)*, lançado em 2012.

---

**[Acervo]** Gostaríamos que nos contasse um pouco sobre como você chegou à documentação referente à vigilância dos movimentos feministas promovida pelos órgãos de repressão da ditadura militar no Brasil da década de 1970.

**[Ana Rita Fonteles Duarte]** Em meados de 2008, eu estava na fase final da escrita de minha tese sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e fui a Brasília, ao Arquivo Nacional, porque queria escrever um tópico sobre as formas pelas quais o MFPA era visto pelos órgãos de vigilância durante a ditadura militar. Minhas narradoras, no Ceará – assim como dona Therezinha Zerbini, presidente nacional do movimento (falecida em 2015), a partir de São Paulo –, tinham mencionado que, apesar de tomarem uma série de cuidados em sua atuação, inclusive registrando a organização em cartório, sempre foram vigiadas, eram fotografadas ao chegarem e saírem de reuniões, frequentemente, seguidas por carros caracterizados. Queria entender se, mesmo usando o gênero, muitas vezes incorporando figuras tradicionais de mães em defesa de suas famílias para se protegerem em sua atuação política, elas eram percebidas como “perigosas” ou coisa assim. Consegui encontrar uma série de documentos, tanto sobre a atuação do movimento como de algumas participantes, apontadas como subversivas ou a serviço de organizações de esquerda infiltradas no MFPA. O cotidiano de algumas reuniões e atos públicos também se descortinou em alguns informes. Ocorre que, naquele momento da pesquisa, não pude acessar muitos documentos e nem examiná-los na íntegra, antes de solicitar a cópia. O processo de pesquisa, por conta das restrições de sigilo, ainda em vigor naquele ano, obrigavam o pesquisador que desejasse acessar o fundo SNI (Serviço Nacional de Informações), do Arquivo Nacional, a marcar horário com um funcionário, fornecer diversas palavras-chave para que esse mesmo funcionário procedesse à pesquisa e enviasse, em um ou dois meses, um relatório com possíveis documentos para serem solicitados, mediante pagamento via guia de recolhimento da União (GRU). Assinávamos uma série de termos de compromisso nos responsabilizando pelas informações utilizadas. Ao final de 2016, já professora da Universidade Federal do Ceará, no Departamento de História, e coordenando o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (GPEHG), recebi a notícia de que o projeto que havíamos inscrito, a convite da professora Cristina Scheibe Wolff, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para concorrer ao edital da Capes chamado “Mulheres de luta” – lançado ainda na gestão de Renato Janine Ribeiro à frente do Ministério da Educação –, havia sido contemplado. Junto a outras pesquisadoras de diferentes universidades, iríamos pesquisar as

memórias dos feminismos, no Brasil, durante os anos 1970 e 1980. Como ideia de pesquisa, em meio a uma série de outros temas instigantes apresentados pela equipe, sugeri trabalhar, especificamente, no projeto, com a visão dos órgãos de vigilância sobre os movimentos feministas no Brasil daquele período. Eu não conhecia trabalhos sobre a temática e a pesquisa possibilitaria que eu voltasse, em 2017, aos documentos com os quais havia tomado contato dez anos antes. Eu tinha certeza da existência de informes sobre os movimentos feministas. Fui ao Rio de Janeiro, em meados do segundo semestre, para realizar meu pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense e, no Arquivo Nacional, me informaram que o fundo SNI tinha sido praticamente todo digitalizado e, com um cadastro feito do meu próprio computador, de casa, eu mesma poderia realizar a pesquisa e baixar os documentos em PDF para a leitura. Isso se deveu à Lei de Acesso à Informação, ao projeto Memórias Reveladas e ao próprio trabalho da Comissão da Verdade, implantada por Dilma Rousseff. Fiquei animadíssima e iniciei a pesquisa com a participação de uma bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

**[Acervo]** *Que tipo de informações podemos encontrar nessas fontes? Você poderia citar alguns exemplos mais expressivos?*

**[Ana Rita Fonteles Duarte]** A maior parte da pesquisa sobre os feminismos nesse período é feita a partir de entrevistas, jornais e documentos produzidos pelas próprias entidades de mulheres. Para além da dificuldade que tínhamos, até alguns anos atrás, para acessar essa documentação, tenho outras hipóteses sobre o “desinteresse” ou secundarização dessas fontes pelos estudos históricos, que remetem a questões políticas e de gênero e seus impactos sobre a pesquisa. Há uma perspectiva de resgate muito evidente das memórias das militantes, pelas pesquisadoras, considerando sua ausência nas memórias hegemônicas sobre a resistência à ditadura e a reorganização dos movimentos sociais no período da abertura política; os movimentos feministas não se constituíram como movimentos de massa durante a ditadura, como foi o caso do movimento estudantil e também do operário em diferentes períodos. O interesse maciço das pesquisas sobre movimentos sociais no período concentra-se sobre esses campos, além das organizações armadas e partidos políticos de esquerda. Lembremos que, para muitos integrantes da esquerda, o feminismo não foi bem aceito, tendo sido combatido ou desqualificado por sua suposta ação “divisionista”; muitas das integrantes ou ex-integrantes dos movimentos feministas não acreditavam que sua atuação política em

defesa das mulheres geraria preocupação numa vigilância sistemática. Esses fatores certamente impactam na forma de organização dos acervos e na busca por documentos. Os dossiês em fundos como o Deops-SP (Arquivo Público do Estado de São Paulo) e Dops-RJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), em sua maior parte, não são organizados em pastas específicas sobre os movimentos feministas. Trata-se de um trabalho de garimpo em pastas de assuntos muitas vezes díspares, que exigem mais conhecimento prévio sobre trajetórias de militantes. Isso vem mudando bastante com a digitalização, embora nem todos os acervos tenham sido digitalizados. No caso do fundo SNI, do Arquivo Nacional, foi possível encontrar relatórios mais específicos sobre a visão dos órgãos de vigilância sobre o feminismo, no Brasil, documentos sobre entidades e militantes específicas, por todo o país, coberturas de reuniões, atos públicos, congressos. Em anexos, muitos dos informes trazem jornais das organizações, recortes de jornais da grande mídia sobre os movimentos, panfletos, teses de entidades para os congressos, cartazes, regimentos internos etc.

**[Acervo]** *Como esses dados impactaram a sua percepção sobre os movimentos feministas brasileiros do período? E quais as principais questões que poderiam ser suscitadas a partir de análises dessas fontes, cuja investigação viria a contribuir de modo decisivo para o campo dos estudos feministas?*

**[Ana Rita Fonteles Duarte]** Penso que uma das contribuições mais importantes, especialmente do fundo SNI, diz respeito ao acesso a documentos sobre movimentos feministas de vários lugares do Brasil, possibilitando pensar em realidades muito específicas, para além do eixo Rio-São Paulo. A história dos feminismos no Brasil ainda é muito contada por essa vertente, quando sabemos que várias outras entidades se organizaram, se articularam e atuaram a partir de realidades outras. O trabalho do Laboratório de Estudos em Gênero e História da UFSC vem ajudando a romper essa construção, mas ainda há muito a ser feito. Para meu caso específico, como pesquisadora no Ceará, os documentos possibilitaram romper com uma hegemonia de memória que circunscrevia a atuação das mulheres a basicamente um grupo no estado. Pude ter acesso, a partir dos informes, a outras entidades, militantes e vertentes ideológicas. Há documentos que apresentam grupos na maior parte do país e buscam mapear todas as entidades atuantes em cada estado da federação, seus membros e a articulação política com partidos ou organizações de esquerda, em sua maioria. Aliás, de modo geral, podemos perceber que, para os órgãos de vigilância que atuaram no período, o feminismo era considerado apenas mais uma

forma de infiltração dos “comunistas” nos movimentos sociais. As mulheres não teriam autonomia e seriam arregimentadas para desenvolver os planos desses grupos formados e dirigidos, em sua maior parte, por homens. Esse entendimento, embora revele uma visão preconceituosa ou estereotipada por parte dos agentes e seus superiores, não deixa de inspirar-se no fato de que, especialmente no processo de abertura política, vários partidos e organizações, mesmo discordando ou secundarizando as lutas feministas, tentaram influenciar a luta das mulheres, ajudando na fundação de entidades e disputando teses e votações. Mas essa questão não resume a atuação dos movimentos feministas e tampouco explica todos os seus conflitos e rupturas. Os documentos também ajudam a pensar nos embates entre lutas gerais e específicas, no âmbito dos movimentos de mulheres em suas relações com os projetos de saída da ditadura e da construção democrática. O cotidiano dos embates entre as militantes é documentado na cobertura de congressos e atos públicos, com a descrição de falas, desabaços, denúncias, documentação de notas e faixas. Os desentendimentos sobre a aprovação de bandeiras relacionadas à legalização do aborto foram muitos e posicionaram as mulheres em diferentes vertentes, apontando a necessidade de investigar as relações de algumas entidades com a igreja católica. Os embates e negociações com movimentos sociais e a chegada dos feminismos a regiões menos urbanizadas e aos movimentos de camponeses, com o apoio ou não da Igreja, também devem ser pensados. Há registros dessa atuação. A cobertura e vigilância sobre pequenos grupos faz também pensar sobre as formas de infiltração de agentes mulheres em reuniões e na perspectiva de traições e colaborações entre militantes e a repressão. Temos testemunhos, em entrevistas, de identificação de agentes infiltradas em grandes assembleias, mas, muitas vezes, os informes trazem relatos de coberturas “aparentemente” tranquilas, em reuniões realizadas com até 15 pessoas.

A entrevista foi realizada por Magali Gouveia Engel, uma das editoras convidadas deste número. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, foi professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e, atualmente, é professora visitante na Universidade Federal da Bahia (Ufba).